



STU não defende PM no Campus: Mais ocupação popular e menos ocupação militar

Qual a função da polícia militar em uma Universidade? O Estado alemão que é para garantir a segurança dos campi. Mas não é bem o que notamos na dura realidade social que vivemos, onde a ordem se combina com a repressão constante, principalmente contra as classes mais oprimidas. Espaços públicos de educação superior têm como razão de existir o estímulo à liberdade de expressão necessária à troca de ideias e formação humana e profissional.

Nos últimos dias a repercussão de um novo modelo de polícia dentro das universidades públicas estaduais tem sido divulgada pela grande mídia. Além disso, consta nas matérias que o modelo adotado seria o mesmo utilizado no Japão. O que intriga é a postura que o Governo tem tomado

de ignorar a existência da vigilância universitária.

O STU se posicionado desde sempre contra a ação militar nos espaços universitários, que traz à atualidade um modelo repressivo típico de regimes de exceção como a ditadura que por 21 anos assolou o país e deixou centenas de mortos, desaparecidos e torturados - afetando inclusive diretamente a comunidade acadêmica da Unicamp.

Por isso o sindicato propõe a campanha "Mais ocupação popular e menos ocupação militar". O objetivo é reiterar que a função da Universidade é tornar-se um espaço efetivamente democrático e aberto não só à comunidade universitária, mas à sociedade em geral. A Unicamp deve aproveitar mais dos espaços públicos e estimu-

lar eventos frequentes, o que tornaria mais frequente e intensa a circulação nas áreas dos campi que hoje acabam por se tornar lugares perigosos.

A atual gestão iniciou o projeto "Campus Tranquilo" com uma perspectiva diferenciada para melhorar a segurança no campus que não envolve ação policial.

A Universidade dispõe de corpo de segurança contratado e especializado para preservar a segurança da comunidade e o patrimônio. Não havendo necessidade de um braço opressor dentro do campus, mas sim do aumento do efetivo de servidores contratados para a função por meio de concursos públicos, com direito aos benefícios funcionais de uma carreira e permanente capacitação para agir com respeito aos direitos humanos.

MUDANÇA DE REGIME CLT/CLE

TJSP julga contra servidores, Unicamp anuncia recurso e STU avalia medidas cabíveis

Ocorreu ontem à tarde, no Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, o julgamento do processo impetrado pelo Ministério Público do Estado questionando a constitucionalidade da mudança de regime dos servidores da Unicamp. A decisão afeta os trabalhadores contratados em regime celetista entre 1º de janeiro de 1985 e 05 de outubro de 1988, que foram autorizados por decisão do Conselho Universitário a migrar para o regime estatutário (CLE).

Representantes do STU acompanharam a sessão, onde a maioria dos desembargadores votaram a favor dos argumentos do MP e inclusive contra a proposta do relator do

processo, Antônio Carlos Malheiros, que havia se manifestado por garantir aos atingidos o instrumento jurídico da modulação (ou seja, a validação do ato autorizado pela administração sem nenhuma responsabilidade dos servidores vedando apenas novas migrações para o regime estatutário).

No final da audiência, o advogado da Universidade Octacilio Machado Ribeiro anunciou que a instituição vai entrar com recurso especial para reverter a decisão.

O jurídico do sindicato acompanha o processo e aguarda a publicação do acórdão (íntegra do julgamento por escrito) para verificar as medidas cabíveis.

Participe da palestra de hoje na Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho

A CIPA Unicamp convida todos os servidores a participarem da palestra “Gestão Integrada em Saúde e Meio Ambiente”, que acontece hoje das 10 horas ao meio-dia na UL 12, ensino 2, térreo do Bloco Amarelo da FCA, em Limeira.

O evento será transmitido on-line e será disponibilizado um telão no

auditório I do Centro de Convenções do campus de Barão Geraldo, possibilitando que um número maior de trabalhadores acompanhe o debate e possam interagir com o palestrante.

À mesa estará professor da FT Luiz Carlos de Miranda Junior.

A CIPA informa ainda que quem quiser também poderá assistir o de-

bate pelo link <<http://ggte.unicamp.br.br/transmissao/>>.

A Semana Interna de Prevenção de Acidentes é uma atividade prevista em lei, que garante ao servidor participante a liberação do local de trabalho no horário da atividade.

A palestra encerra a 23ª SIPAT e conta com o apoio do sindicato.

FINANCIAMENTO

Mudanças tributárias em debate no Congresso podem atingir universidades

Após o fim do recesso parlamentar, na semana que vem, a Câmara dos Deputados prosseguirá com a tramitação de projetos que podem prejudicar as universidades.

Estará em debate em uma comissão especial formada naquela Casa e em razão de uma medida provisória encaminhada pela presidenta Dilma Rousseff mudanças no ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), principal fonte orçamentária das universidades estaduais paulistas.

Os 9,75% do ICMS destinados por lei desde 1995 já são insuficientes para manter a excelência no funcionamento da USP, Unicamp e Unesp. Se houver qualquer mudança que reduza o percentual de arrecadação deste imposto, a diretoria do STU não tem dúvida de que o governo Alckmin tentará repassar a conta às universidades, achatando ainda mais seus orçamentos.

A categoria deve ficar atenta a essas modificações. E o STU manterá os trabalhadores informados sobre os debates no Congresso Nacional.

CRECHE

CECIs têm que garantir atendimento

Por conta de uma obra atrasada no Ceci Berçário, alguns servidores e servidoras que têm filhos e filhas atendidos naquela unidade estavam encontrando dificuldade para compatibilizar o horário de trabalho sem o atendimento aos bebês.

Dirigentes do STU estiveram em reunião com a coordenação da DGRH da Unicamp e conseguiram resolver a situação dessas famílias até o término das obras. Foi acordado no encontro que os Cecis deveriam negociar medidas para não prejudicar os trabalhadores e assegurar o atendimento às crianças.

Se você servidor ou servidora encontrar dificuldades, entre em contato com o departamento Jurídico do sindicato. Falar com Zé Prettu.

EMPREGO

STU apura demissão irregular no Caism

Em junho passado, às vésperas das férias, o funcionário Armando Sérgio Migotto foi comunicado de sua demissão. Após 20 anos dedicados ao Caism o funcionário, contratado via Funcamp, foi desligado da Universidade sob a alegação de que seria necessário fazer uma readequação no Serviço de Manutenção do hospital por conta de determinações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Conforme denúncia apurada pela

entidade houve irregularidade na demissão do funcionário. Por isso, na sexta-feira passada (24) a diretoria do STU se reuniu com o diretor executivo do Caism, Luís Otávio Zanatta Sarian, para discutir o assunto. Na ocasião, a chefia se limitou a dizer que iria se inteirar da situação e dar retorno o mais breve possível, mas até o fechamento desta edição o STU não foi contatado pela direção do Caism.

O sindicato questiona ainda o

fato da Universidade não demonstrar compromisso com a valorização profissional e respeito às condições dignas de trabalho. O STU é contra jogar nas costas do trabalhador qualquer problema de responsabilidade do gestor. Nosso compromisso é com a manutenção e ampliação do quadro de funcionários, e vamos continuar cobrando respostas da direção do Caism e defendendo o emprego do trabalhador.